



ORBIS

Boletim Trimestral do
LEPEB-UFF

XV BRICS SUMMIT

Partnership for Equally Accelerated Growth, Sustainable Development and

22 – 24

J

BR

IT

A



Vol.1 – N° 3

Julho-Setembro/2023

ISSN: 2965-2235

De Ekaterinburgo a Joanesburgo: a recente trajetória de um antigo projeto

Rafael R. Ioris*

Depois de muita especulação na imprensa mundial em torno de uma suposta baixa perspectiva de atuação em comum, o encontro dos BRICS em Joanesburgo, na África do Sul, no final de agosto passado, surpreendeu a todos após ter produzido uma mudança histórica na dinâmica do grupo (BARGELES, 2023). De fato, embora tudo indique que não tenha sido uma negociação fácil, caso todos os países aceitem efetivamente o convite para fazerem parte do bloco, a partir de primeiro de janeiro de 2024, os BRICS terão 11 países membros que somados representam cerca de quase metade da população mundial, detendo um terço do PIB global e representando países espalhados em distintas partes do globo.

Muito tem se dito sobre as dificuldades que um grupo tão díspar de países terá para seguir adiante na promoção de uma agenda comum (KARADJIS, 2023). De fato, os BRICS nunca representaram, e certamente nunca se constituíram como uma aliança ou união aduaneira formal – pra citar dois dos principais formatos tradicionais de agrupamentos regionais de países. Caberia lembrar que o termo BRIC(S) surgiu como uma sigla para se referir a um agrupamento de países (Brasil, Rússia, Índia e China) que, apesar de grandes diferenças entre si, apresentavam, no início dos anos 2000 boas oportunidades de investimento para os detentores de capital do centro do capitalismo global. Ou seja, ironicamente a expressão que hoje reflete uma coalizão de países crescentemente críticos ‘a ordem geopolítica e econômica liberal estabelecida no pós-guerra - que tem estado crescentemente em xeque, mas que, não obstante, ainda pauta, em grande medida, o curso da globalização neoliberal dos últimos anos-, foi cunhada como instrumento que refletia a lógica mercadológica de um mundo liderado pelo G7 (países capitalistas mais ricos do mundo).

Interessantemente, ao longo dos últimos 15 anos, os países referenciados pela sigla passaram e se valer da mesma não para corroborar a intenção original da expressão, ou seja, garantir a atratividade de seus mercados para o benefício do grande investidor internacional, mas sim utilizando-a como forma de buscar articular uma melhor inserção conjunta dentro da economia e ordem política mundiais, crescentemente, inclusive, questionando-a de maneira crítica e sistemática. Tal processo, que no início foi um pouco lento, acelerou-se de maneira significativa nos últimos tempos, refletindo claramente novas dinâmicas nas relações internacionais do mundo de hoje.

De maneira concreta, o primeiro encontro do grupo ocorreu em Ekaterinburgo, na Rússia, em 2009, quando ocorreram conversas iniciais sobre a necessidade de diversificar o uso de moedas em transações comuns. A entrada da África do Sul, em 2011, provocou a ampliação na própria sigla, que passou a ser, por fim, BRICS. E agora, após o último encontro em Joanesburgo, com a decisão de ampliação do grupo, ficou evidente se trata de um grupo de países disposto a se tornar cada vez mais relevante no cenário internacional, inclusive por meio do aprofundamento da promoção de novos arranjos econômicos e políticos que possam representar de maneira mais efetiva as mudanças no peso de atores específicos fora do eixo do Atlântico Norte, assim como as novas dinâmicas econômicas e geopolíticas em curso.

Uns entenderam que a decisão da ampliação no número de membros teria derivado e beneficiado quase que exclusivamente a China, o grande rival em ascensão contra a ordem de poder liderada pelos EUA (GAN, 2023). Outros ainda apontam que a expansão do grupo apresentaria novos desafios específicos 'a atuação internacional do Brasil dentro e fora do grupo (STUENKEL, 2023). Tais visões tem procedência e, de fato, não surpreendem uma vez que ao longo da última década, quando da consolidação do grupo, o peso da China da economia e geopolítica mundial aumentaram em níveis históricos, ao passo que a relevância do Brasil, especialmente entre 2015 e 2021, diminuiu de maneira vergonhosa. No mesmo sentido, caberia lembrar que uma maior representatividade do Sul Global poderia vir a ser efetivada caso países como Indonésia, Malásia, Nigéria, Argélia, México, Colômbia, entre outros, fossem também incluídos no grupo.

De todo modo, parece certo de que, independentemente de quem a ampliação dos BRICS beneficie, em maior ou em menor grau, o encontro histórico dos BRICS em Joanesburgo tornou ainda mais evidente a urgência de um reordenamento na dita ordem mundial – cada dia mais fora da ordem. As democracias liberais ocidentais parecem enfrentar hoje uma das suas maiores crises desde, pelo menos, os anos 1960. O autoritarismo que, corretamente, as lideranças de tais países criticam em vários membros dos BRICS, parecem tornar-se moeda corrente de líderes que cada dia mais se viabilizam como futuros chefes de governo, como Trump e Le Pen.

Não será pela partilha de acusações mútuas entre lideranças do G7 e dos BRICS acerca de que lado seria mais contraditório em suas proposições e práticas que novos arranjos, tão necessários, poderão, talvez, vir a ser efetivados. O que parece imprescindível é a expansão da agenda e a ampliação de espaços formais de deliberação, onde vozes ampliadas e diversas possam ser levadas efetivamente em

consideração no processo de tomada de decisão de temas que impactam ‘a comunidade global como um todo. Estes incluem questões há muito em pauta, como comércio e fluxos financeiros internacionais, mas tem cada vez mais que incluir também temas sempre relegados a um segundo ou terceiro plano, como os ligados ao problema da crescente desigualdade dentro e entre países, assim como a questão da fome, das migrações etc.

É o que vê, pois, é que apesar de todas as mudanças na processo de integração econômica (em matrizes neoliberais) ao longo dos últimos 50 anos, a demanda por uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) mais inclusiva – certamente ampliada ainda mais de modo a incluir também os desafios e a crescente exclusão provocada por razões ambientais-, tão em voga nas décadas de 1960 e 70, parece ecoar cada vez de maneira mais alta nos dias de hoje, embora isso de certamente se dê dentro de novos parâmetros, em dento de contexto geopolítico significativamente distinto. Foi exatamente ao longo dos anos 60, a chamada Década do Desenvolvimento pela ONU, quando presenciamos a consolidação do processo da descolonização iniciado no final dos anos 40, fenômeno que reorganizou de maneira histórica os parâmetros do sistema multilateral. No mesmo sentido, vimos a explosão de novas pautas políticas, econômicas e simbólicas que forçavam os limites e o funcionamento da democracia liberal, assim como a pauta e debates ocorrendo nas esferas internacionais.

Se foi então que estudantes, minorias raciais, mulheres, jovens, trabalhadores tomaram a ruas de Paris, Dakar, Rio de Janeiro e Cidade do México, e diplomatas não ocidentais passavam a ocupar cadeiras na Assembleia Geral das Nações Unidas, o processo se fundava em questionamentos mais estruturais sobre o próprio funcionamento excludente da economia capitalista global. E se na América Latina tais questionamentos, em geral, ficaram mais restritos ao nível doméstico no que tange ‘a busca pela reorganização de suas economias em bases industriais, na Ásia e África, de maneira especial, tais esforços se alinharam de maneira mais coordenada em ações coletivas transnacionais que tiveram em Bandung, em 1955, e em Belgrado, em 1961, marcos importantes na busca por arranjos multilaterais mais inclusivos e representativos dos interesses de populações mais amplas e diversas.

Como a história nunca se repete da mesma forma, não se trata aqui de dizer que os BRICS sejam a culminação linear de um projeto de mais de 60 anos em gestação. A agenda por uma NOEI, avançada nos anos 60, e que teve, de um ponto de vista formal, seu apogeu no início dos anos 70, foi, de fato, abandonada já no final da própria década, ou no início dos anos 80, quando países do Sul passaram a enfrentar dificuldade econômicas profundas que favoreceram a busca por “soluções” individuais

para negociar seus endividamentos crescentes. Da mesma forma, o cento capitalista mundial, liderado pelos EUA, conseguiu, após o fiasco no Vietnã, marginalizar a temática do desenvolvimento da pauta das agências multilaterais, ao passo em que o Reaganismo lidera o processo de financeirização da economia mundial e assume uma postura mais confrontacionista frente ao Bloco Socialista, reacendendo a Guerra Fria.

Pode ser mesmo que o projeto de uma governança mais inclusiva, apresentado há mais de 50 anos, tenha pecado por seu caráter talvez demasiadamente utópico já que, como as esferas de poder que não estiveram prontas para aceitar a incorporação dos jovens que queriam tomar o poder em 68, as esferas internacionais de poder não estivessem prontas para um mundo menos ocidental que exigia que o comércio se desse em termos menos desiguais, que houvesse maior transferência de tecnologia para os países pobres e que o armamentismo fosse substituído pela da miséria e da fome. Presenciamos hoje, contudo, um mundo já bem menos ocidental, ou pelo menos um mundo bem mais complexo, onde se profundas desigualdades entre países ainda existem, novos atores estatais não ocidentais competem abertamente pela influência, talvez mesmo predominância em diversas áreas do globo. Se tal realidade será suficiente para permitir a retomada de esforços coletivos por rearranjos nos ordenamentos do sistema internacional, é algo ainda incerto.

De fato, embora em algumas áreas estejamos presenciando a existência de uma realidade multipolar, a crescente rivalidade, não só econômica, entre Estados Unidos, parece nos apresentar os contornos de uma possível emergente nova Guerra Fria, com impactos globais. Da mesma forma, até o momento os BRICS, mesmo que ampliados, ainda não nos permitem afirmar que representem, de fato, as demandas representativas do Sul Global como um todo, como os países Não Alinhados talvez pudessem pretender fazê-lo que maneira mais plausível.

De todo modo, especialmente dado que vários outros países, além dos cinco novos membros, estariam interessados em se juntar ao grupo, temos, sim, a possibilidade crescente de uma maior representatividade de vozes – algo que tenderá a enriquecer a pauta de demandas, mesmo que haja um grande desnível no peso de países específicos dentro do bloco. Ao mesmo tempo, um BRICS ampliado requererá grande habilidade de negociação interna, assim como canais de diálogo com os países centrais da ordem hegemonia decadente mais ainda em funcionamento. E é aqui onde, mais do que nas experiências dos anos 60 e 70 do século passado, o Brasil poderia ocupar um papel chave, desde que suas lideranças estejam à altura das necessidades do complexo mundo de hoje.

Referências

BARGELES, Claire. L'épineuse question de l'élargissement des Brics. **RFI**. 22, agosto, 2023. (<https://www.rfi.fr/fr/podcasts/afrique-%C3%A9conomie/20230821-l-%C3%A9pineuse-question-de-l-%C3%A9largissement-des-brics0>).

GAN, Nectar. BRICS expansion is a big win for China. But can it really work as a counterweight to the West? **CNN**. 28, agosto, 2023. (<https://www.cnn.com/2023/08/28/china/china-brics-expansion-victory-intl-hnk/index.html>).

KARADJIS, Michael. The Global South's Views on Ukraine Are More Complex Than You May Think. **New Lines Magazine**. 17, agosto, 2023. (<https://newlinesmag.com/argument/the-global-souths-views-on-ukraine-are-more-complex-than-you-may-think/>).

STUENKEL, Oliver. How BRICS Expansion Will Impact South America. **Americas Quarterly**. 24, agosto, 2023. (<https://www.americasquarterly.org/article/how-brics-expansion-will-impact-south-america/>).

*Doutor em História Latino-Americana (Emory University/EUA) e Professor do Departamento de História da University of Denver (EUA). Autor de *Qual Desenvolvimento? Os debates, sentidos e lições da era desenvolvimentista* (Paco Editorial, 2017). E-mail: rafael.ioris@du.edu.